

[Publicado em *Grial: Revista Galega de Cultura*.184/47:76-81, 2009.]

Abordagem histórico-sociológica do debate em torno do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Rita Marquilhas

Universidade de Lisboa

Há em Portugal uma cantora popular de nome Ruth Marlene que actua com a sua banda em festas de Verão, dança a um ritmo *pop* e canta, entre outras coisas, o “Show de bola”. A expressão é brasileira; traduzir-se-ia para Português Europeu, segundo a própria Ruth Marlene, por meio de expressões avaliativas como “tão lindo”, “tão bom”, “tão belo”, “fantástico” ou “espectacular”. A meio da canção, a letra ganha um inesperado tom combativo:

[...]

Eu sempre aprendi a dizer
na língua do velho Camões
tão lindo, que belo que é,
quando algo mais nos apraz.

Agora vou ter que aprender
o Acordo Ortográfico, pois;
a entender novas marés,
ai o que o tempo nos faz!

E o *tão bom* virou dizer
Show de Bola
e esta frase já não descola¹.

Está todo um tratado sociológico contido nestes versos. Percebe-se que o senso comum já acolheu, e vai-o reproduzindo, um conjunto de ideias que se formou ao longo do debate do Acordo Ortográfico, lançado inicialmente em 1986. Inclui a interpretação crítica de um evento político: “Portugal terá cedido nas negociações que culminaram na celebração de um tratado que vai vigorar na totalidade dos estados da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)”. Inclui uma previsão sobre mudanças sociais: “virá aí um novo tipo de imperialismo cultural liderado pela sociedade brasileira; os portugueses vão ser amesquinados na sua memória colectiva e, pior, com a cumplicidade das próprias vítimas, que no seu dia-a-dia já trocam inconscientemente as suas sofisticadas expressões camonianas por expressões não só brasileiras, como prosaicamente futebolísticas”. Inclui finalmente a descrição implícita de um fenómeno social: “uma língua nacional seria um padrão fixado por escrito por pessoas excepcionais como os bons autores, que as histórias dos povos vão perpetuando, mas cujas regras podem ser revogadas por decisão da classe governante”.

¹ O vídeo é consultável no *You Tube* após uma busca combinando as expressões “Ruth Marlene” e “Show de bola”. Agradeço à Bruna Chesini ter-me alertado para a existência desta canção.

Neste artigo pretendo fazer uma abordagem histórico-sociológica da unificação ortográfica que está na iminência de ser assumida pelos oito estados que compõem a CPLP. Tal unificação corresponde à entrada em vigor das regras contidas num documento de 1990 (*Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* 2009), cuja oficialização e cujo conteúdo têm sido, como acontece com todas as reformas ortográficas, apaixonadamente debatidos (Coulmas 1989/2003). Gerou o Acordo Ortográfico uma polarização tal de argumentos nas esferas intelectual, política e popular que acabou por emergir daí um objecto de extrema complexidade sociológica. Nele se cruzam valores associados aos conceitos de língua, de história, de literatura, de escrita, de educação, de democracia, de identidade, de raça, de colonialismo, de globalização económica e de indústrias culturais, e isto só para enumerar os tópicos mais salientes insistentemente retomados nos discursos sobre o Acordo².

Em termos teóricos, uso aqui o termo *discurso* na acepção que lhe é atribuída na área de estudos da Análise do Discurso, i.e., *uso da linguagem socialmente situado, interactivo, e em que se comunicam crenças* (Van Dijk 1997: 2); e uso *crença* na acepção sociológica de que lhe atribui Pierre Bourdieu, como elemento de um conhecimento complexo, o *habitus*, aquela *ignorância culta, uma modalidade de conhecimento prático que não inclui o conhecimento dos princípios em que se baseia* e que orienta o comportamento dos seres humanos na sua vida em sociedade. É um conhecimento *perigoso* porque pode ser *enganador* para quem o aborda intelectualmente, e, de forma inadvertida, o reforça através da explicitação de regras ilusórias, desinformadas de razões genealógicas (Bourdieu 1972/1977: 19).

Se o Acordo é o centro de um discurso complexo, daí decorre que só num estudo aprofundado se poderia dar conta de todas as crenças que nele se testemunham. Limitar-me-ei, portanto, às que afloram no discurso do senso comum, as mesmas que subjazem aos versos da canção popular acima vista. Dedicar-me-ei à análise de certas crenças: i) a da colagem dos conceitos de língua e escrita, ii) a da possibilidade de internacionalização da língua portuguesa, iii) a do desastre cultural que se anuncia, iv) a da cedência dos negociadores portugueses perante os brasileiros.

As escritas são sempre tentativas de captação formal de algumas propriedades abstractas das línguas e, uma vez aplicadas à produção de enunciados, geram objectos materiais inerentemente duráveis, visuais, ao contrário do que acontece com os efémeros e invisíveis enunciados orais. Por serem visualizáveis e aparentemente perfeitos na sua racionalidade linguística (advêm sempre de reflexões mais ou menos certeiras sobre a sistematicidade da linguagem humana), candidatam-se de forma inevitável a passarem por amostras de verdadeira língua, quando na verdade são esquematizações produtivas de algumas das propriedades que as línguas detêm. Por mais que os linguistas se esforcem por desmistificar a ilusória essência linguística das escritas, nunca o conseguem fazer, até porque eles próprios se servem das propriedades captadas pelos sistemas gráficos tradicionais para desenvolverem os seus modelos de linguagem (Olson 1994).

² O *corpus* em que me baseio está parcialmente publicado (Castro, Duarte e Leiria 1987/2005) e parcialmente na internet, na página electrónica das *Ciberdúvidas da Língua Portuguesa* com seu um extenso dossier de imprensa marcado com a etiqueta “Acordo Ortográfico”.

Por outro lado, aquela natureza durável dos enunciados escritos cria a conhecida tendência para a respectiva estabilidade (Martin 1987). Além disso, o advento da tipografia veio a tornar economicamente relevante que os textos recebessem uma escrita uniforme, uma vez que os tipos móveis eram artefactos produzidos em série: a racionalização do seu fabrico implicava, por arrastamento, a racionalização das próprias grafias, e não foi por acaso que os impressores se tornaram, em muitos países europeus, os primeiros protagonistas da luta pelas padronizações das escritas (Febvre e Martin 1958/1999). Mas uma vez padronizadas (transformadas em *ortografias*), as escritas que descrevem preferencialmente os aspectos fonológicos das línguas, como é o caso da escrita alfabética, criaram a sua própria instabilidade, uma vez que só se poderiam manter duravelmente fonográficas se fossem sendo sucessivamente reformadas. O que tem acontecido na prática é que as línguas cuja ortografia se fixou cedo na história e que usam o sistema alfabético (caso das ortografias francesa e inglesa) só muito parcialmente se mantiveram fonográficas: são na verdade sistemas quasi-logográficos (Sampson 1985).

Se o processo de criação de ortografias arrancou no Ocidente associado à expansão da tipografia, a sua articulação à ideia de padronização das línguas só parece ter vindo a surgir no contexto das ideias iluministas e dos nacionalismos que elas propiciaram (Hobsbawm 1990/2004, Safran 1999). Olhando para o caso português e para o pensamento dos reformadores setecentistas de que se rodeou o Marquês de Pombal no respeitante à educação, uma coisa parece típica dos seus raciocínios: o homem moderno, livre da ignorância, da superstição, da escolástica, do gongorismo, formado no conhecimento empírico, contrário ao autoritarismo gratuito, inimigo da servidão e da intolerância... era também um homem que não falava com erros nem palavras plebeias, escrevia como douto e, assim educado, serviria melhor a pátria. É dentro da mentalidade iluminista que a ideia parece efectivamente surgir, arrastada pela valorização que o conceito de conhecimento passou a ter, na sua oposição à ignorância tradicional, eclesiástica e popular:

VERNEY

A gramática é a arte de escrever e falar correctamente. Todos aprendem a sua língua no berço; mas se acaso se contentam com essa notícia, nunca falarão como homens doutos. Os primeiros mestres das línguas vivas, comumente, são mulheres, ou gente de pouca literatura, do que vem que se aprende a própria língua com muito erro e palavra imprópria e, pela maior parte, palavras plebeias. É necessário emendar com o estudo os erros daquela primeira doutrina. Uma razão, ainda que boa, um pensamento esquisito exposto com palavras toscas, ou que não significa o que se quer, desagrada muito e comumente não persuade. [...]

[R]egularia tudo desta maneira. Primeiro explicaria brevemente as regras, e obrigá-los-ia a repetir as mesmas notícias gerais. Depois dar-lhes-ia um livro de cartas, v.g., as do P. António Vieira, escolhendo as mais fáceis. ...Feitos estes princípios, ensinaria duas cousas mui principais em matéria de línguas: a primeira é a propriedade das palavras, mostrando-lhes a força de cada uma daquelas que são menos comuns (1); a segunda é a naturalidade da frase, ensinando-lhes que a afectação se deve fugir em tudo, e que se deve explicar tudo com palavras mui naturais. Além disso ensinaria os rapazes pronunciar bem e ler expeditamente. Este ponto é mui necessário, achando-se todos os dias homens feitos que lêem soletrando e cantando, e que

dizem mil barbarismos, o que tudo procede de não terem mestres que lhes ensinassem bem.

Quando os rapazes estivessem mais adiantados, obrigá-los-ia a escrever cartas a diversos assuntos, e introduziria entre dois uma correspondência epistolar, ensinando-lhes os tratamentos e modo de escrever a diversas pessoas. Nesta ocasião tem lugar ensinar-lhes a boa ortografia e pontuação.

Isto se pratica hoje em algumas partes da Europa, e só os que não têm juízo, para conhecerem a utilidade que daqui resulta, é que negam a necessidade deste método (Verney 1746/1984: 61, 66-68).

REIS LOBATO

Offereço a V. Excellencia [o Marquês de Pombal] a Arte da Grammatica da lingua Portugueza, procurando-lhe pelo meio deste obsequioso arbitrio a fortuna de chegar á douta mão, que lhe póde emendar os erros; pois todos conhecem, que V. Excellencia tem a mais perfeita Sciencia dos principios da lingua Portugueza pela fallar com toda a pureza, e propriedade de termos, como testificação os doutissimos escritos, com que V. Excellencia tem illustrado a Republica das Letras. [...]

[Por] quanto os Mestres das escolas de ler de ordinario não tem a instrucção necessaria para ensinarem a fallar, e escrever a lingua Portugueza por principios. Do que provém sahirem das escolas os seus discipulos cheios de irremediaveis vicios, assim no pronunciar, como escrever as palavras Portuguezas; defeitos, que difficulosamente perdem por serem adquiridos na tenra idade corrompida como o venenoso leite de erradas doutrinas. (Reis Lobato 1770: [iii-iv], xiv-xv).

RIBEIRO SANCHES

Estes privilegios [da fidalguia] e immunidades [dos eclesiásticos] forão a Cauza dos Custumes depravados, e por consequencia da má Educação, forão os que perderão a igualdade entre os Subditos de hum Estado Civil; e destruida esta igualdade, já não pode haver justiça, propriedade de bens, respeito aos Magistrados nem subordinação. E eu, Illustrissimo Senhor, não escrevo este papel que para introduzir esta Educação: não emprego tanto tempo para propor meynos que facilite a Mocidade Portugueza ser douta; o meu intento he propor, e persuadir mesmo que seja boa, e util a sua patria, considerando as sciencias que ha de aprender como meynos, mas não por ultimo fim (Ribeiro Sanches 1760/1922: 81-82).

Se se lembrar a crítica que o movimento rotulado de "pós-moderno" dirigiu sistematicamente aos valores saídos do iluminismo, esses valores, vistos à distância de duzentos anos, obrigam à reconsideração do *homem livre e racional*, sonhado desde o século XVI, como uma provável ilusão; esse homem, na leitura de Michel Foucault, por exemplo, tornou-se num pretexto, num pré-requisito para os estados-nação da Europa dos séculos XVII e XVIII atingirem objectivos de ordenação de uma cidadania produtiva. Daqui terão advindo instituições sociais modernas (o hospício, a prisão, o exército, a escola) com práticas disciplinares que vigiavam e puniam o *desvio* (Foucault 1975).

Parece-me frutífero comparar esta noção de disciplinação do desvio (tão importante para se compreender a crítica de Foucault às instituições sociais modernas), com a fixação dos gramáticos, lexicógrafos e pedagogos do século XVIII nesta outra instituição do português-padrão, elegante, natural, sem erros, plebeísmos ou barbarismos, conforme às regras da gramática normativa, pronunciado à moda dos homens de “melhor doutrina da província da Estremadura”, escrito segundo regras uniformes e modelos de etiqueta. A língua modelar, que devia ser ensinada pelos Mestres de ler e escrever, definia-se por oposição ao modelo desviante: plebeu e errado, tradicional, bebido em textos manuscritos que eram os autos judiciais, alçados da mão de notários semi-analfabetos para o estatuto de manuais de leitura e escrita (já no século XVI João de Barros testemunhara esta prática por parte dos mestres de meninos, mas a maneira como ela é sistematicamente lembrada pelos pedagogos do século XVIII confirma a sua sobrevivência por mais duzentos anos).

Ribeiro Sanches viria a falar não propriamente de desvios, mas de algo equivalente, uma vez que recorreu aos adjectivos *vicioso*, *defeituoso*, *extraordinário* para pintar o Mestre de meninos indesejável e ignorante, que se percebe ser o Mestre que ele considerava típico da alfabetização patrocinada pelos Bispos. Foucault insistiu bastante no corpo do homem moderno, visto no quadro das ideias disciplinadoras do iluminismo, como um novo corpo, fisicamente aperfeiçoado, natural, o corpo que se tornou alvo dos novos mecanismos do poder e se ofereceu a novas formas de saber (Foucault, 1975).

Basta ver a caricatura do Mestre tradicional pintado por Ribeiro Sanches para se confirmar que os conhecimentos básicos da língua padrão e da gramática normativa não eram um programa marginal nos ideais políticos iluministas:

RIBEIRO SANCHES

O Mestre que ensina a ler e a escrever, he hum cargo publico, não de tão pouca consequencia para a Republica como vulgarmente se considera: ordinariamente são empregados neste ministerio homens ignorantes, muitas vezes com vicios notorios, que escandalizão [...] Hum Mestre de escola não deve ter defeito vizivel no seu corpo, nem vesgo, torto, corcovado, nem coxo; porque se viu por experiencia hua escola de meninos serem vesgos porque o seu Mestre tinha aquele defeito. Imitamos o que vemos, e sem nos apercebermos do que fazemos, adquirimos o habito, antes de pensar que he vicioso: somos todos dotados desta admiravel propriedade, que influe tanto em todas as açoens da vida humana; e por isso não convem que tenha aquella tenra idade tão apta a imitar e tão subctivel das impressoens extraordinarias, ter por objecto continuado hum Mestre no corpo defeituoso, e muito menos no animo; e por essa razão devia ser de costumes aprovados e conhecidos com louvor. [...] Este Mestre para ser admitido a ter escola publica, tendo as qualidades e requisitos referidos, devia fazer petição a Director dos Estudos e das Escolas da Provincia, para ser examinado: e no exame havia de constar:
1º Que sabia a Lingoa Latina, e a Materna, com propriedade;
2º Que sabia bem escrever; [etc.] (Ribeiro Sanches 1760/1922: 115-117).

Os parágrafos que alinhei anteriormente têm por objectivo sublinhar quanto sobreviveu, apesar de a retórica destes pedagogos se ter tornado anacrónica, quanto sobreviveu da mentalidade setecentista que criou o ideal da norma-padrão no Ocidente, reflectiu sobre a forma de o disseminar através de um ensino racionalizado e elegeu a gramática normativa e a ortografia como instrumentos de criação de sujeitos intelectualmente prestigiados. Uma pronúncia “de corte” completaria o quadro. Hoje, como no tempo de Pombal, Verney ou Ribeiro Sanches, mantém-se inabalável uma poderosa crença, reforçada pela escola, pelos intelectuais e pelo estado, segundo a qual há uma relação directa entre interesse nacional, interesse pessoal e defesa da norma da língua, pelo menos da norma escrita, já que ela conterà virtudes imanentes.

Do lado dos estudos linguísticos que se desenvolveram em torno dos tópicos da variação e mudança das línguas, bem como da teorização da linguagem, nenhum argumento parece justificar que se encontrem virtudes especiais nas línguas-padrão, escritas ou faladas. Já passaram algumas décadas sobre o nascimento da sociolinguística, a qual veio reabilitar todas as variedades de língua faladas pela comunidade, revelando a forma estruturada com que essa variação se produz e o meio, que ela própria constitui, de propagação da mudança linguística. Um ideal de normalização linguística da sociedade nunca será possivelmente atingido por a variação ser inerente à linguagem enquanto sistema de comunicação (William Labov 1972). Passaram mais décadas ainda sobre o início dos trabalhos em dialectologia, só possíveis quando se ultrapassou o preconceito social que os considerava *falares errados* (Antoine Meillet e Leite de Vasconcellos, por exemplo, são autores ainda do século XIX). Continuamos em crescente euforia na sequência das descobertas cognitivas (avançadas pelo generativismo e confirmadas pela neurobiologia da linguagem) que sublinham o inatismo de conhecimentos linguísticos muito sofisticados e desmistificam as pretensões de correcção da gramática normativa, estreitamente ligada à ortografia. E em todas as histórias das línguas, se acompanhadas de perto, se encontra uma confluência de factores ocasionais, estritamente extra-linguísticos, que ditaram qual a variedade que triunfaria em termos de prestígio social (Joseph 1984, Muljagic 1995) e qual a ortografia que a fixaria.

Sociologicamente, este parece ser, um caso paradigmático do fenómeno a que Pierre Bourdieu chamou de *illusio*. Bourdieu associou o conceito de *illusio* ao de *campo*, que procurou definir da seguinte forma: - existe um *princípio fundamental* segundo o qual a realidade das sociedades é uma realidade relacional; *o que existe são relações sociais, não no sentido de interacções, mas no de estruturas invisíveis. Ao mesmo tempo, a actualização desse princípio relacional conduz à construção de objectos como [por exemplo] o espaço das grandes escolas, o campo intelectual, o campo artístico do tempo de Flaubert, o campo religioso. A partir da actualização desse princípio produzem-se conhecimentos sobre os quais se geram discussões, confrontos e críticas.* (Bourdieu 1989-1992/1994: 326-329). Por sua vez, a *illusio* é uma espécie de *encantamento*, uma *crença fundamental naquilo que as discussões do campo pressupõem para que possam ser empreendidas. É normalmente inconsciente* porque raramente se verbaliza: *é a condição indiscutida da discussão.* (Bourdieu 1997: 122-123).

O caso que aqui interessa, o da natureza sociológica do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, ganha alguma transparência se for visto à luz destes conceitos propostos por Pierre Bourdieu. Resumindo o que está na

origem da polémica, tem-se o seguinte: a reforma ortográfica vai beneficiar as editoras portuguesas nas suas exportações para o Brasil, bem como as editoras brasileiras nas exportações para Portugal, África e Timor, o que agrada à maioria dos editores mas desagrade a quem vê nisso uma pressão económica sobre bens que estão acima do plano material, dada a sua natureza de bens culturais. Gera discussão porque se abandonará em Portugal uma ortografia mais etimológica do que a que se anuncia, próxima da tradição fonográfica brasileira. Além disso, passa a adoptar-se um sistema de regras de escrita que inclui grafias opcionais³. O estado empenha-se sobretudo no assunto porque, confessadamente, se apercebeu de que as línguas podem ter valor económico e que o da portuguesa, enquanto quinta mais falada no mundo, será um valor provavelmente alto⁴. O exemplo recente da investida na promoção internacional do castelhano (del Valle 2007) veio precisamente inspirar, também em Portugal, esta linha de actuação política.

Cruzando a teoria de Bourdieu com o caso aqui em estudo, percebe-se que o *campo* mais relevante é o da escola uma vez que é nela que os indivíduos se deparam pela primeira vez, formalmente, com a *illusio* de que há maneiras de escrever e falar inerentemente boas e inerentemente más, e que é possível aceder aos ideais da correcção recorrendo a gramáticas e dicionários. Mas também interessa o campo dos intelectuais, com a sua *illusio* de que o prestígio individual depende de formas disciplinadas de falar e escrever, o campo das empresas (editoras e empresas de comunicação, sobretudo) com a *illusio* de que o lucro é inerentemente bom, e o campo do estado-nação, com a *illusio* de que o interesse nacional (que inclui o dos índices económicos) é superior ao das outras nações, e que se isso implicar investimento em políticas de cooperação que provoquem contestação interna, assim seja.

Para Bourdieu, as revoluções parciais dentro dos campos não destroem a *illusio*: *muito pelo contrário, contribuem para que se torne praticamente impensável que o jogo do campo seja pura e simplesmente destruído*. (Bourdieu 1984 : 114-116). Esta proposta de entendimento de como funciona em sociedade a articulação entre forças de inércia e forças de mudança permite perceber, pelo menos, todos aqueles casos históricos em que os observadores tiveram que verificar, como fez Lampedusa em *Il Gattopardo*, que *é preciso que tudo mude para que tudo fique na mesma*. Aí residirá também a complexidade deste caso de discussão ortográfica, enfim, de todas as discussões ortográficas. Mudar uma ortografia é abalar campos sociais onde está fora de discussão o benefício da existência de uma ortografia. Do

³ O principal arauto destas objecções tem sido o escritor e tradutor Vasco Graça Moura, cujas crónicas e discursos deram mesmo origem a um livro sintomaticamente chamado *Acordo Ortográfico: a perspectiva do desastre* (Graça Moura 2008). A petição que fez circular, juntamente com outras personalidades, para se travar o Acordo mediante a intervenção da Assembleia da República juntou mais de 113.000 assinaturas (v. página electrónica *Em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico*).

⁴ O Centro de Investigação e Estudos de Sociologia está inclusivamente a desenvolver um estudo financiado pelo Instituto Camões intitulado *O valor económico da língua portuguesa* (2007-2009) com a seguinte descrição: “Este projecto visa determinar o valor económico directo da língua portuguesa (actual e potencial) no contexto contemporâneo de globalização, nomeadamente em actividades económicas e empresariais nos domínios do ensino, da cultura e da comunicação que envolvem o uso do português” (v. página electrónica do CIES, *Centro de Investigação e Estudos de Sociologia*).

debate sobre a melhor forma de *ortografar* (à antiga, à moderna, à portuguesa, à brasileira) só poderá então resultar que o conceito de ortografia, em si uma *illusio*, surja reforçado e não enfraquecido, o que dificulta por sua vez quaisquer tentativas de reforma ulterior.

Dir-se-ia um problema sem resolução à vista, mas não será tanto assim. A inclusão de secções dentro do texto do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa em que se prevê flexibilidade na escolha entre a antiga solução portuguesa e a antiga solução brasileira⁵, que foi no fundo uma demonstração de pragmatismo por parte dos negociadores do documento, introduz por arrastamento uma modificação no conceito de *erro ortográfico*. O erro deixa de ser, naqueles casos particulares, um desvio em relação à matriz inflexível constituída por regras de sentido único, para passar a ser, somente, a inobservância de uma escolha. Fica-se mais perto, portanto, de uma desmistificação das virtudes inerentes às ortografias. Dada a história de intolerância a que elas têm estado ligadas, isto parece ser uma boa notícia em termos de renovação de mentalidades.

REFERÊNCIAS

Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (2009): Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Bourdieu, Pierre (1976/1984): "Exposé 'Quelques propriétés des champs' fait à l'École normale supérieure en novembre 1976 à l'intention d'un groupe de philologues et d'historiens de la littérature, in Pierre Bourdieu, *Questions de sociologie*. Paris: Minuit, 113-120.

Bourdieu, Pierre (1972/1977): *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.

Bourdieu, Pierre (1989-1992/1994): *Lire les sciences sociales*, 1. Paris: Éditions Belin.

Bourdieu, Pierre (1997): *Méditations pascaliennes*. Paris: Seuil.

Castro, Ivo, Inês Duarte e Isabel Leiria (eds.) (1987/2005): *A Demanda da Ortografia Portuguesa*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.

Coulmas, Florian (1989/2003): "Writing reform: conditions and implications, in Florian Coulmas, *Writing Systems of the World: an Introduction to their Linguistic Analysis*. Oxford: Blackwell Publishers, 241-263.

del Valle, José (2007): *La lengua, ¿patria común?: ideas e ideologías del español*. Frankfurt/Madrid: Vervuert/Iberoamericana.

⁵ Incluem sobretudo alguns acentos na grafia de vogal tónica, como *fenômeno* e *tênue* à brasileira vs *fenómeno* e *ténue* à portuguesa (Base XI, artigo 3º) ou *amamos* do pretérito perfeito à brasileira vs *amámos* à portuguesa (Base IX, artigo 4º), e algumas grafias cultas, como *setor*, *sutil* à brasileira vs *sector* e *subtil* à portuguesa (Base IV, artigo 1º alínea c) e artigo 2º), v. *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa* (2009).

Febvre, Lucien e Henri-Jean Martin (1958/1999): *L'apparition du livre*. Paris: Albin Michel.

Foucault, Michel (1975): *Surveiller et punir. Naissance de la prison*. Paris: Gallimard.

Graça Moura, Vasco (2008): *Acordo Ortográfico: a Perspectiva do Desastre*. Lisboa: Alêtheia.

Hobsbawm, Eric (1990/2004): *Nations and Nationalism since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge: Cambridge University Press.

Joseph, John (1984): "The elaboration of an emerging standard", in *Language Sciences* 6: 39-52.

Labov, William (1972): *Sociolinguistic Patterns*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press

Martin, Henri-Jean (1987): *Pour une histoire du livre (XVe-XVIIIe siècle). Cinq conférences*. Nápoles: Bibliopolis.

Muljacic, Zarko (1995): "A estandardización do galego á luz de procesos análogos noutras linguas 'minorizadas' europeas", in Henrique Monteagudo (ed.), *Estudios de Sociolingüística Galega. Sobre a Norma do Galego Culto*. Vigo: Galaxia, 19-34.

Olson, David (1994): *The World on Paper. The Conceptual and Cognitive Implications of Writing and Reading*. Cambridge: Cambridge University Press.

Reis Lobato, António José dos (1770): *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica.

Ribeiro Sanches, António Nunes (1760/1922): *Cartas sôbre a Educação da Mocidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Safran, William (1999): "Nationalism", in Joshua A. Fishman (ed.), *Handbook of Language & Ethnic Identity*. Nova Iorque: Oxford University Press, 77-93.

Van Dijk, Teun A. (1997): "The study of discourse", in Teun A. van Dijk (ed.), *Discourse as Structure and Process*. Londres: Sage, 1-34.

Verney, Luís António (1746/1984): *Verdadeiro Método de Estudar*. Porto, Domingos Barreira, 3^a edição.

PÁGINAS ELECTRÓNICAS

Ciberdúvidas da Língua Portuguesa (<http://www.ciberduvidas.com/>).

CIES, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (<http://www.cies.iscte.pt/>).

Em Defesa da Língua Portuguesa Contra o Acordo Ortográfico
(<http://emdefesadalinguaportuguesa.blogspot.com/>).